

OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO E AS REPERCUSSÕES NO RETORNO AO ENSINO PRESENCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA/PB

Felipe Franklin Anacleto da Costa¹

Deborah Nascimento da Silva²

Melquisedeque Alexandre da Silva³

Ana Paula Cassimiro de Almeida⁴

Maria de Fátima Leite Gomes⁵

RESUMO

A pandemia da Covid-19 impactou profundamente as mais diversas esferas da vida social, tornando necessária a intervenção estatal mediante políticas públicas. No Brasil, pode-se afirmar que as iniciativas de apoio à implementação do ensino remoto aos estados e municípios foram pífias, aprofundando as desigualdades sociais educacionais já existentes e avançando em direção a um projeto privatista e conservador para o campo. Este trabalho realiza uma discussão sobre tal conjuntura e, na sequência, traz contribuições do projeto de extensão **UFPB no combate à covid-19: observatório do retorno ao ensino presencial nas escolas municipais de João Pessoa/PB**, que aprofundou este debate através de palestras e rodas de diálogos nas escolas, com participação de gestores, docentes, discentes e seus familiares. Foi possível verificar os impasses do retorno ao ano letivo presencial nestas instituições de ensino e refletir sobre alternativas para a oferta de educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Covid-19; Educação; Ensino Presencial.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic deeply impacted the most diverse spheres of social life, making state intervention through public policies necessary. In Brazil, it can be said that the initiatives to support the implementation of remote education to the states and municipalities have been negligible, deepening the already existing social educational inequalities and moving toward a privatist and conservative project for the field. This paper discusses this situation

¹ Mestre em Sociologia (PPGS/UFPB). Graduando em Serviço Social (UFPB), feanacleto@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social (UFPB), deborah.nascimento@academico.ufpb.br.

³ Graduando em Serviço Social (UFPB), melquisedeque.silva@academico.ufpb.br.

⁴ Graduanda em Serviço Social (UFPB), anapaulacassimiro57@gmail.com.

⁵ Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFPB, fatima.l.gomes2016@gmail.com.

APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19,22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

and, in the sequence, brings contributions from the extension Project **UFPB in the fight against covid-19: observatory of the return to face-to-face teaching in municipal schools in João Pessoa/PB**, which deepened this debate through talks and dialogue rounds in schools, with the participation of managers, teachers, students, and their families. It was possible to verify the impasses of the return to face-to-face teaching in these educational institutions and to reflect on alternatives for the offer of inclusive and quality education.

Keywords: Covid-19; Education; Live Learning.

1 INTRODUÇÃO

O projeto “UFPB no combate à Covid-19: observatório do retorno ao ensino presencial nas escolas municipais de João Pessoa-PB”, surge como um desdobramento de exitosas experiências anteriores com os projetos “O Programa Bolsa Família (PBF) e suas condicionalidades na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos(as) alunos(as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, “As condicionalidades do Bolsa Família na Educação e o contexto social escolar: uma proposta de intervenção na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca” e “As condicionalidades do Bolsa Família na Educação e o epicentro da Covid-19”, que no período de 2015 a 2022, atuaram junto a referida instituição de ensino e ao seu território, uma zona limítrofe entre um bairro periférico (São José) e um dos bairros mais ricos da cidade de João Pessoa (Manaíra), caracterizando-se como um perfeito exemplo das complexas desigualdades sociais brasileiras.

O referido projeto teve como pretensão a mediação entre gestores escolares, professores, técnicos e estudantes, além dos pais e/ou responsáveis, com intuito de proporcionar discussões atuais acerca das lacunas deixadas no período do ensino remoto, as quais repercutem no ensino presencial, com vistas à construção de metodologias que primam por encaminhamentos na tentativa da superação dos déficits de aprendizagem acumulados no auge do período pandêmico.

Durante sua execução, o projeto realizou rodas de diálogo nas escolas municipais de João Pessoa, com o intuito de conhecer a realidade desses espaços durante o retorno ao ensino presencial após a pandemia da Covid-19. Em 2023,



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

duas ações experimentais foram realizadas em duas escolas da rede municipal. A roda de diálogo “Limites e Possibilidades do Ensino Pós-Covid”, realizada na Escola Municipal Lions Tambaú, localizada na zona sul de João Pessoa, com foco nos desafios na gestão da Secretaria de Educação do município, buscou refletir a significância da pandemia e de quais formas este fenômeno atingiu a população brasileira, especificamente as mulheres e os jovens nas condicionalidades sociais, políticas, econômicas e digitais, sobretudo no cenário educacional.

Na segunda Roda de diálogo “A pandemia da Covid-19 e os impactos na educação”, realizada na Escola Municipal Nazinha Barbosa, localizada na zona Norte de João Pessoa - PB, com foco nas implicações da Pandemia da Covid-19 no chão das escolas, buscou-se discutir as principais expressões da “Questão Social” identificadas nesses espaços. Não surpreendente, as questões abordadas foram semelhantes àquelas identificadas na escola anterior. No entanto, um fator a ser considerado nessa escola em específico foi os impactos da crise econômica na vida dos professores, bem como a adaptação ao ensino remoto, a insegurança alimentar e nutricional dos alunos e a incidência de adoecimento psíquico dos alunos e professores neste período.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ENTRE O GOLPE DE 2016 E O GOVERNO BOLSONARO: REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NA PANDEMIA DA COVID-19

De acordo com Souza (2016), houve na sociedade brasileira em anos recentes, um processo de “fulanização da corrupção”, intensificado pelas investigações enviesadas da Operação Lava Jato e pela ampla cobertura midiática da mídia comercial, em que se atribuiu ao Partido dos Trabalhadores (PT), à época na presidência, a culpa pela corrupção no país, cuja problemática é estrutural e diz respeito às próprias origens do Estado-nação.

A articulação jurídica, midiática e política do legislativo, em sua maioria, composto por partidos fisiológicos de direita, incluindo as chamadas bancadas do boi, da bala e da bíblia, elaboraram o golpe parlamentar, supostamente respaldado por um crime de responsabilidade, atribuído a utilização das pedaladas fiscais, em



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

que houve a aprovação do processo de *impeachment* que depôs a presidenta Dilma. O objetivo era de levar ao poder o seu vice-presidente, Michel Temer, o qual estava comprometido com a instauração de uma série de medidas antipopulares e da retirada de direitos sociais.

O governo golpista de Temer obteve a aprovação de determinadas medidas que estavam no radar de entidades patronais e do mercado financeiro. Tais quais: 1) Emenda Constitucional 93/2016, que prorroga até 2023 a Desvinculação de Receitas da União (DRU), abarcando também as receitas dos estados e municípios; 2) Emenda Constitucional 95/2016, que fixa um teto de gastos para políticas fundamentais, como a Saúde, a Educação e a Assistência Social; 3) Contrarreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que legaliza de maneira indiscriminada relações de trabalho precárias, a exemplo da uberização, da pejetização e da terceirização.

Diante disso, é necessário que tenhamos o entendimento de que este governo representou não apenas o efeito clichê neoliberal da redução de gastos públicos, mas abriu portas para o que Freire e Cortes (2020) chamaram de "avalanche ultraneoliberal" com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2018. Esse discurso adota o caráter liberal de modernidade; contudo, exhibe de forma exorbitante a mais atrasada e conservadora faceta da relação Estado- sociedade a partir da privatização da esfera pública com a recusa das responsabilidades estatais.

Cohn (2020) vai além e caracteriza as medidas adotadas neste período como "políticas de abate social", evidenciando que os direitos fundamentais e sociais dos cidadãos brasileiros estão em risco. Essa avalanche destrutiva certamente tem como alvo a população pobre, mas possui maiores requintes de crueldade contra aqueles que, na visão do então governante, escapam da "normalidade social", a exemplo da população negra, grupos LGBTQIAP+, quilombolas e indígenas que "ousam" usufruírem de seus direitos.

Esse tipo de política não emancipatória se torna cada vez mais evidente, uma vez que esvaziaram o Estado de conteúdo político, ampliaram valores morais que naturalizam a pobreza e a desigualdade de classes, servindo como pretexto para as elites brasileiras construírem novos discursos desmoralizantes em relação às políticas públicas (FREIRE; CORTES, 2020).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19,22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Outrossim, a Política de Educação foi uma das áreas que mais sofreu com a redução orçamentária, principalmente no governo Bolsonaro, que extinguiu cerca de 13,7 mil cargos em universidades públicas (CARAM, 2019). Através do decreto 10.185/2019, vetou a abertura de concursos para 68 cargos, promovendo as condições para o sucateamento do ensino superior público. Segundo a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – ADUNB (2021), as universidades brasileiras perderam anualmente desde 2019 um acumulado de 25% de seus orçamentos.

Ao passo que reduzia o orçamento a ponto de inviabilizar o funcionamento em algumas instituições, o governo insistiu na criação de escolas cívico-militares. Uma medida estritamente ideológica voltada para a disseminação de uma educação conservadora, meritocrática e instrumental, que não possui comprovação de efetividade na melhoria do ensino e na ampliação do acesso a educação, muito pelo contrário (MENDONÇA, 2019).

Destacamos aqui, também, a Medida Provisória 746 que versa sobre a Contrarreforma do Ensino Médio, resultante da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) através da Lei nº 13.451/2017. Trata-se de uma necessidade aplicada pela pressão internacional por consequência da crise capitalista que se originou em 2008, a fim de que fossem adotadas novas reformas com a finalidade de precarizar as condições de trabalho da população. Essa fase é chamada de “reestruturação produtiva do capital”.

Conforme Antunes (2019), mecanismos como o trabalho digital, alta gestão e a expropriação da vida são elementos fundamentais para a morfologia do trabalho de um sistema capitalista em crise, que tem como consequência diversas formas de exploração do trabalho, a saber, a uberização.

Essa contrarreforma pauta-se numa prerrogativa em que o ensino médio estava sucateado e não mais contemplava as demandas pedagógicas; dessa forma, fazia-se necessário transformá-lo em um projeto mais “didático” para os jovens. Desta feita, o chamado "protagonismo juvenil", concede responsabilidades aos jovens no tocante à escolha das disciplinas ofertadas, ficando como não obrigatórias algumas matérias e aumentando o investimento em oficinas e cursos profissionalizantes. Essas mudanças têm o fito de “empurrar” esses alunos cada vez

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19,22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

mais cedo para o mercado de trabalho e diminuir suas experiências na escola, favorecendo o mito do empreendedorismo (TELLES, 2021).

Outra expressão dessa contrarreforma, evidencia a tentativa de distanciar os professores e os alunos do ambiente escolar, a partir da flexibilização da Educação à Distância (EAD) para 20% no horário diurno, 30% noturno, e 80% para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ocasionando a aniquilação da experiência de interação social. Afinal, qual é o objetivo do modelo de ensino que apenas fortalece o caráter ultraneoliberal e incita os jovens do ensino médio direto para o mercado de trabalho, empobrecendo suas perspectivas de ingresso na formação superior?

Nesta direção, o ex-presidente Bolsonaro determinou um corte de 3,23 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC) em 2022. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2022), os institutos e universidades federais também sofrerão cortes de mais de 1 bilhão de reais em seu orçamento. Conforme o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), este corte representa 14,5% do orçamento discricionário do MEC, recurso que deveria ser utilizado para manter o funcionamento das instituições, obras, terceirização, contratação de serviços e assistência estudantil para os discentes.

Para 2023, o governo Bolsonaro previu um orçamento para o MEC de 12 a 15 milhões abaixo do valor mínimo, a fim de manter as suas restritas condições básicas de funcionamento (SAKAMOTO, 2023). Foi o ápice da negligência e do sucateamento da Educação e da Pesquisa, que são fundamentais para o desenvolvimento do país.

1.1 A intensificação da precarização do ensino público durante a pandemia da Covid-19 no Brasil

A pandemia da Covid-19 expandiu o argumento de que a globalização capitalista parece biologicamente insustentável na ausência de uma infra-estrutura de saúde pública internacional e nacional, além da ampliação de políticas públicas em suas diversas áreas. Segundo Mike Davis et al (2020), a crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo que embora permaneça estável e pouco



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19,22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

mutável (o que não ocorre), seu impacto sobre os grupos etários distintos podem ser mais danosos em países periféricos; para ele, o surto expôs instantaneamente a divisão de classes em todo o mundo, especialmente para milhões de trabalhadores com baixos salários, desempregados e sem teto que estão sendo jogados aos lobos.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, para a educação, a ciência e a cultura (TOSTES; FILHO, 2020), no início de maio de 2020, 186 países ou regiões fecharam escolas total ou parcialmente, para conter a disseminação da covid-19, atingindo cerca de 70% dos estudantes. Esse fechamento afetou o calendário escolar, sendo incerto o seu impacto sobre o aprendizado dos estudantes. Diferenças no rigor da quarentena, na sua duração e nas estratégias adotadas pelas famílias e escolas são apenas alguns dos fatores que poderão influenciar a trajetória desses estudantes.

No Brasil, as medidas do governo Bolsonaro para a educação, durante a pandemia, não se constituíram como prioridades entre as iniciativas que foram tomadas para conter os efeitos devastadores que a Covid-19 provocou no Brasil. As poucas medidas não se mostraram suficientes para evitar que o país fosse o segundo colocado no ranking de mortalidade e número de infectados em todo o mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde.

A iniciativa que recebeu maior atenção e investimento, mesmo que a princípio houvesse resistência do governo federal em relação a sua efetivação, foi o auxílio emergencial, que significou o aumento da aprovação de Bolsonaro em 2020 (CAMAROTTI, 2020), uma vez que, em meio ao enorme contingente de pessoas desempregadas e subempregadas, representou a garantia da subsistência de milhões de famílias.

Neri e Osório (2020) em consulta ao portal *Monitoramento dos gastos da união com combate à Covid-19*, observaram que o MEC gastou apenas R\$ 479 milhões em ações de enfrentamento da pandemia, números bem menores que os gastos empenhados pelo Ministério da Saúde (MS), no valor de R\$ 34,3 bilhões e pelo Ministério da Economia (ME), no valor de R\$ 168,5 bilhões.

O documento *Ações do MEC em resposta à pandemia da Covid-19* (BRASIL, 2021) elenca as iniciativas realizadas pelo ministério em dois eixos: educação básica e ensino superior; pós-graduação e educação profissional e tecnológica. Em março



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de 2020, foi instalado o Comitê Operativo de Emergência (COE) com a finalidade de discutir e estabelecer medidas de combate à disseminação da Covid-19, em instituições de ensino. Em conformidade com as diretrizes do MS, o comitê buscou articular ações entre as redes federais, estaduais e municipais de ensino de todo o país.

Todavia, os escassos investimentos e as amplas desigualdades já existentes no complexo Sistema Educacional brasileiro, impossibilitaram a efetividade da maioria destas medidas, principalmente devido à ausência da inclusão digital de milhões de estudantes, que dificultou a adoção do ensino remoto. Os autores acima mencionados salientam que governos de todo o mundo ofereceram modalidades de ensino à distância mistas, revezando atividades veiculadas na internet e uma programação de tevê e rádio, assim como a distribuição de materiais impressos.

Na pandemia da Covid-19 destacou-se um elemento fundamental, a evasão escolar. Em estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2022), a taxa de evasão escolar aumentou, nas faixas etárias de 5 a 9 anos, passando de 1,41% para 1,51%. Esse número aponta um crescimento de 197,8% em relação aos anos anteriores.

A referida pesquisa, ainda aponta que o número de crianças de 6 a 14 anos com idade para estar no ensino fundamental e que frequentavam a pré-escola era consideravelmente alto. O dado indica que em 2019 esse número representava 396,8 mil e em 2021 correspondia a 712,7 mil, ratificando o indício da evasão escolar devido à baixa qualidade do ensino remoto.

Em relação ao ensino médio, o percentual de estudantes que abandonaram as escolas da rede pública foi de 2,3%, em 2020 e essa taxa foi para 5,6%, em 2021. Em relação às taxas de aprovação, os índices caíram em todas as dependências administrativas da rede pública, o percentual foi de 98,8,9% em 2020 para 97,6% em 2021. No que diz respeito ao ensino superior, 608 mil alunos desistiram ou trancaram suas matrículas durante o primeiro semestre de 2020, o que representa uma taxa de evasão de 10,1%. Em 2019 o percentual foi de 8,8%.

A mudança para o ensino remoto era a única opção segura para que os alunos continuassem estudando mesmo durante a pandemia, porém conforme o

PROMOÇÃO



APOIO





Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (TOKARNIA, 2020), um a cada quatro brasileiros não têm acesso à internet, totalizando cerca de 46 milhões de pessoas.

As escolas da rede privada por terem recursos financeiros maiores e conseguem se adaptar ao ensino remoto, oferecem condições melhores para os seus alunos que também possuem recursos digitais como computadores, internet de qualidade, câmera e áudio em suas respectivas residências. E, tais dificuldades são sentidas desde a educação infantil, média, até o ensino superior.

Em pesquisa realizada nas redes estadual e municipal de ensino do Rio de Janeiro, Cunha, Scrivano e Vieira (2020) atestaram que as estratégias de educação remota adotadas contribuem para o acirramento das desigualdades sociais e educacionais e o fortalecimento de uma modalidade de ensino que corrobora com uma concepção de educação calcada na racionalidade neoliberal e, portanto, individualizada, padronizada, dissociada de reflexões críticas e promotora de saberes técnico-instrumentais: o *homeschooling* ou ensino domiciliar.

O *Homeschooling* apresentou perigos que devem ser observados, como a exemplo, o fato de que os alunos com deficiência estariam cada vez menos assegurados de seus direitos, uma vez que frequentavam as escolas públicas, que em sua maioria há um déficit de profissionais para o atendimento satisfatório e regular de todos os estudantes com deficiências matriculados na rede regular, principalmente nas cidades de pequeno porte.

Outro fator a se considerar é a violência sexual contra menores de idade. Dados do disque 100 mostram que só em 2021 foram registrados 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade, 70% desses casos são praticados por pais mães padrastos ou outros parentes das vítimas. Uma vez que o *homeschooling* é aprovado, essas crianças estão cada vez mais isoladas dentro de casa junto aos seus agressores.

O principal objetivo do *homeschooling* é o controle ideológico que a família pode ter do que os filhos vão aprender ou não, onde muitas famílias conservadoras criticam as escolas por ensinar conteúdos, como a disciplina “ensino religioso” ou atividades com a temática “sexualidade”. É fundamental destacar que essa é uma estratégia de privatização da educação básica, ao passo que há um sucateamento forte de investimento na Política de Educação Pública, o que corre contra o projeto

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de emancipação e universalização da educação brasileira. Este tipo de projeto é um desserviço aos direitos sociais e a política de educação, uma vez que sobrecarrega pais, responsáveis pelas crianças e a própria secretaria da educação que além de desenvolver projetos e ações e monitorar as escolas, agora também precisa monitorar esse ensino dentro de casa.

1.2 A realidade das escolas municipais de João Pessoa no retorno às atividades presenciais pós-pandemia da Covid-19

A princípio, é fundamental realizar um comparativo entre os limites postos para as escolas públicas e privadas. Com a necessidade do isolamento social, a fim de evitar o contágio do vírus, e visando dar continuidade ao ano letivo, a solução encontrada pelas escolas foi a retomada online, onde se encontraram novos desafios, a exemplo, ausência de familiaridade de parte dos professores com as “novas tecnologias” e técnicas eficazes do ensino à distância, e a discrepância entre os estudantes ao acesso a internet e aparelhos tecnológicos necessários, bem como, condições físicas em suas habitações para assistirem às aulas. No caso concreto, isso poderá intensificar a ampliação das desigualdades sociais e instrucionais, dadas as condições estruturais.

Ademais, diante das limitações, especialmente, nas escolas públicas, muitos pais e mães não são alfabetizados e, portanto, não conseguem auxiliar seus filhos nas atividades ou em caso dos pais que não podem auxiliar seus filhos nas atividades e não possuem condições de contratação de tutores para acompanharem as crianças em atividades direcionadas. Há evidências que tutorias durante as férias podem ter efeitos positivos, porém, como contratá-los se famílias pobres sequer têm o básico necessário? Essa realidade tende a sugerir que as escolas têm limitações para reduzir desigualdades, uma vez que, esse é um problema estrutural, conforme anteriormente mencionado.

Longe de representar um instrumento amplo de mobilidade e ascensão social para os mais pobres, a escola reforça as estruturas sociais responsáveis pela manutenção da desigualdade social. Os pobres que conseguem ascender socialmente, pela via da escolarização são exceções que comprovam a regra: O



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19,22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons. (BOURDIEU, 2010, p. 59).

Outrossim, é possível as escolas realizarem iniciativas direcionadas a determinados públicos-alvo, auxiliando estudantes com maiores dificuldades. Portanto, diante desse cenário, algumas estratégias iniciais foram traçadas pela Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, no sentido de auxiliar aqueles estudantes que moravam longe e não tinham acesso à internet. Em um primeiro momento, foi estabelecido parcerias com as igrejas e ONG's dos bairros próximos, para que um motoboy entregasse as atividades nesses espaços e as famílias e alunos pudessem buscá-las com mais facilidade e acessibilidade. Já no retorno do ensino presencial, moto-sons foram acionados para chamar os alunos de volta às escolas, assim como foram realizadas visitas de porta para obter um contato mais próximo com as famílias.

Isto posto, a maioria das intervenções possuem efeitos heterogêneos, impactando mais um determinado grupo do que outro. Assim, o retorno presencial trouxe consigo as limitações do ensino público e remoto, que podem se apresentar de distintas formas, passando por variações, como a qualidade dos programas e de sua implementação; problema de frequência, do monitoramento da aprendizagem e do tempo online utilizado durante o ensino remoto.

Desta feita, em tempos de COVID-19, as aulas remotas não foram acessíveis a todos os estudantes; pois, os que compõem o universo de excluídos dos instrumentos técnicos como computadores mais avançados, redes de internet com alta velocidade, quantidade de celulares suficientes a todos os estudantes que compõem a mesma família e domínio das plataformas digitais, são os que mais se prejudicaram quanto a apreensão do conhecimento elaborado e formal, gerando um descompasso entre os economicamente favoráveis e os economicamente pobres e extremamente pobres.

Sob essa máxima, um fator a ser destacado é a precarização da aprendizagem, onde foi relatado na primeira roda de diálogos, realizada na Escola Municipal Lions Tambaú, que alguns alunos da referida instituição não aprenderam



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ou progrediram muito pouco durante os quase dois anos de pandemia. Assim, também relatou-se o aumento de crianças com deficiência matriculadas na Rede Municipal, bem como baixo número de cuidadores para dar conta da alta demanda. Tal fator sobrecarregou os professores que, por diversos motivos, não tinham capacidade para lidar com este público.

O aumento de crianças nas creches municipais tornou-se um agravante a ser considerado, uma vez que os pais precisavam deixar seus filhos nestes espaços, devido a duplicidade da jornada de trabalho e o trabalho na modalidade Home Office, ou por não conseguirem cuidadores para ficar com seus filhos.

Paradoxalmente, enquanto possibilidades a serem exploradas, destacamos aqui as mudanças nas metodologias para chamar atenção dos alunos para as aulas, através da “Trilha de Aprendizagem” inserindo nos cursos de verão, aqueles alunos que ainda apresentavam atraso de desempenho, para que pudessem melhorar em suas particulares dificuldades e obter o resultado esperado.

No entanto, é imprescindível que sejam expostas questões ainda abertas, onde se faz necessário pensar-se novas estratégias para superar a incidência de crianças e adolescentes com problemas psíquicos advindos da pandemia e isolamento social, bem como recursos para lidar com o fenômeno do agravamento dos casos de abuso sexual decorrentes do longo tempo dentro dentro de casa, identificado anteriormente neste artigo.

É fundamental destacar que por fazerem parte da mesma rede educacional, as escolas municipais podem apresentar problemas estruturais semelhantes, porém cada instituição possui uma realidade e um cenário diferente. Dessa forma, na segunda roda de diálogo, foi relatado que alguns professores tiveram que realizar empréstimo de crédito pessoal para que pudessem adquirir os equipamentos eletrônicos essenciais para lecionar de forma remota, uma vez que estes só foram fornecidos pela rede de ensino municipal tardiamente.

Em relação ao cenário de retorno presencial às aulas, este ocorreu gradativamente, dessa forma algumas escolas voltaram às atividades antes de outras. Dito isto, uma problemática levantada pela Escola Municipal Nazinha Barbosa foi a insegurança alimentar e nutricional dos alunos que frequentam a referida escola, onde foi relatado que muitas famílias transferiram seus filhos para



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



outras instituições que já tinham voltado às atividades presenciais, pois assim as crianças teriam uma refeição garantida.

A precarização da saúde mental ganhou um destaque entre as implicações mais alarmantes durante o cenário pandêmico, principalmente entre jovens e adolescentes. O isolamento social, perdas familiares, e outras questões foram imprescindíveis para o desenvolvimento de problemas psíquicos e mutilações neste segmento. Também foi discutida a emergência em que se encontra o quadro de saúde mental dos professores e especialistas que também passaram por grandes limitações, sejam estas econômicas, sociais, físicas e mentais, durante o ensino remoto e principalmente no retorno ao ensino presencial.

3 Conclusão

Ao findar deste trabalho duas considerações devem ser feitas: a primeira diz respeito a importância do debate amplo acerca dos efeitos da Covid-19 e os impactos que este fenômeno ocasionou na vida dos brasileiros, especialmente para as crianças e os profissionais que atuam na Política de Educação, que foram acometidos pelo vírus e afetados pelo isolamento social, em alguns casos levando-os ao adoecimento psíquico. Cabe aqui destacar o impacto do ensino remoto na vida deste grupo, uma vez que a crise econômica prejudicou a renda das famílias, e conseqüentemente, agravou a fome, como também a falta de acesso às tecnologias necessárias para assistir às aulas.

A segunda consideração a ser feita é que a política de educação é um direito a ser reafirmado, Conforme a Lei nº 9394/96, e necessita da participação popular efetiva para que haja melhorias.

Neste sentido, ancorado na lei que rege a educação nacional, o cidadão pode participar da criação de políticas públicas, dada uma necessidade, o cidadão traz a proposta, que é apresentada através do processo de participação popular, e posteriormente avaliada, podendo dar origem a uma política pública de educação. A resistência e a militância nos colocam a frente desse lugar de voz, e apesar de vivermos tempos difíceis atualmente, com cortes de investimentos no que tange às políticas públicas educacionais, podemos lutar pela permanência de programas que

PROMOÇÃO

APOIO



beneficiam a categoria acadêmica como os auxílios estudantis e as bolsas de monitoria, pesquisa e extensão, bem como lutar pela criação de outros programas educacionais que venham superar os problemas encontrados no sistema de ensino brasileiro atualmente, em seus diferentes níveis e modalidade de ensino.

Dito isto, todos esses condicionantes devem ser compreendidos e analisados criticamente de modo que, viabilizem o debate sobre as condições atuais de ensino pós-pandemia da Covid-19, em busca da construção de estratégias que superem as lacunas no tocante a internalização de conteúdo, ensino estruturado, tarefas extra sala, leitura guiada e garantia da frequência escolar. O regresso às aulas presenciais, trata-se também em compreender como a Covid-19 se espalha e com podemos nos proteger e proteger os outros, sendo este um importante passo para estabelecer procedimentos e protocolos em sala de aula.

Faz-se, portanto, necessário que as escolas usem informações sobre a Covid-19 de fontes confiáveis, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como das autoridades de cada país. Educadores têm um papel fundamental ao garantir que seus estudantes compreendam os cuidados que devem tomar para se proteger.

Referências

ADUnB. Educação é a área mais atingida pelos cortes de Bolsonaro. **ADUnb**. 2019. Disponível em <<https://encr.pw/zaTQM>> Acesso em: 25 maio 2023.

ANDES. **ANDES-SN repudia novo contingenciamento de verbas da Educação feito por governo Bolsonaro**. 2022. Disponível em: <<https://l1nq.com/mVKEE>> Acesso em: 25 jun de 2023.

ANDIFES. Andifes publica nota sobre corte de R\$ 1 bilhão no orçamento das Universidades e Institutos Federais. **UFSM**. 2022. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2022/05/28/corte-1-bi>> Acesso em: 25 maio 2023

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil (IV)**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. Ed; São Paulo: Boitempo, 2019.

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Orgs.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, P.. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-64.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. **Ações do MEC Ações do MEC em resposta à pandemia da Covid-19.** 2021. Brasília, MEC, 2021.

CAMAROTTI, G. Aprovação de Bolsonaro ainda reflete auxílio emergencial, mas desempenho da Saúde gera alerta. **Portal G1.** 2020. Disponível em: <<https://l1nk.dev/HVRTy>> Acesso em: 25 maio 2023.

CARAM, B. Decreto de Bolsonaro corta 13,7 mil cargos em universidades públicas. **Folha de São Paulo.** 2019. Disponível em <<https://l1nk.dev/00Djc>> Acesso em: 25 maio 2023.

COHN, A. As políticas de abate social no Brasil Contemporâneo. **Lua Nova.** Revista de Cultura e Política. Vol. 109. 2020.

CUNHA, T. C.; SCRIVANO, I.; VIEIRA, E. D. S. Educação básica em tempos de pandemia: padronizada, remota, domiciliar e desigual. **Revista Artes de Educar**, v. 6, n. 4, p. 119–137, 2020.

DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes.** Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

FREIRE, S. de M.; CORTES, T. L. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Orgs.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MENDONÇA, E. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **RBPAE**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 594-611, set./dez. 2019.

Portal FGV. **Escola, jornada e pandemia: FGV Social lança pesquisa sobre o retorno às aulas presenciais.** 2022. Disponível em: <<https://l1nq.com/qFHAr>> Acesso em: 28 maio 2023.

SAKAMOTO, L. Bolsonaro deixa buraco de R\$ 15 bi na educação para 2023, aponta transição. **UOL.** 2022. Disponível em: <<https://acesse.one/WYhG5>> Acesso em: 25 maio 2023.

SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe.** LeYa: 2016, São Paulo.

SOUZA, R. M. de. **O discurso do protagonismo juvenil.** São Paulo: Paulus, 2008.

TOKARNIA, M. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa. **Agência Brasil.** 2020. Disponível em: <<https://l1nq.com/0LID7>> Acesso em: 30 maio 2023

TOSTES, A.; MELO FILHO, H. Quarentena. Ebook. 1ª Ed. Bauru: Canal 6, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

